

Tudo o que seu mestre mandar faremos todos....

Catia Véloso

Introdução

Este artigo é parte de uma reflexão contida em nossa dissertação de mestrado, “Espelhos ou Faróis? Nos entrelaços da família e da escola, a autonomia como responsabilidade de todos”, que levanta algumas questões com as quais nos deparamos no cotidiano da escola e que muito nos têm feito pensar. Entre eles elegemos, para este texto, colocar em discussão quais contribuições são importantes para que uma criança se torne um ser autônomo, responsável por seus atos, uma pessoa comprometida com sua autoria. Buscamos também discutir, neste artigo, as estratégias que podem ser utilizadas pela escola, visando contribuir para fortalecer a capacidade de seus alunos expressarem suas opiniões e desenvolverem um pensamento autônomo.

Não conheço história que combine malandragem psicanalítica com convicção pedagógica como Pinóquio. Depois de levar a criança a se identificar com um boneco de pau, a trama progride proclamando que é necessário ir à escola para se virar gente. Caso contrário o destino inevitável é virar burro, com rabo, orelhas, zurros e tudo o mais que pertence à burrice.

Claro que este é um golpe desonesto. Seria necessário dizer com clareza aquilo que aqui ficou simplesmente mal dito, contando sobre o destino invertido daqueles que eram de carne e osso ao entrar na escola e só receberam diplomas depois de se transformarem em bonecos de pau (Rubem Alves, 1988:9).

O que dizer se não concordar com esta citação? Que espaço é este? Ou será melhor dizer: será este mais um espaço onde se transformam crianças em seres pré-programados?

Escola como espaço de inter-relação ou de perpetuação da estratificação de papéis?

Postos a galgar. Lugares a conquistar. Desafios.

E o espaço de troca, de real troca de vivências onde trabalho, convivência, educação acontecem, onde está? Ainda temos no espaço escolar um lugar onde possamos transitar com estes questionamentos? O que ensinamos pode ser significativo para nossos alunos viverem nesta nova realidade?

Reconhecemos neles a desmotivação, o estranhamento que também sentimos como um sintoma de uma sociedade doente, insana, fragmentada, onde cada vez mais sabemos muito de quase nada?

Refletindo sobre estas questões vimos, em Maraschin (2000: 109), que:

(...) a racionalização das práticas do conhecer, a sistematização dos processos científicos e a institucionalização da disciplinarização dos saberes estabeleceram fronteiras, constituíram e consolidaram objetos positivos, atomizados, dotados de uma mensurabilidade e sua operacionalidade, possuidores de uma natureza ou essência.

Tudo isso nos dotou de um certo aparato científico que funciona como padrões a serem alcançados, aos quais devemos estar perfeitamente adaptados, ajustados, não cabendo imperfeições que nos delatem.

Devemos sempre seguir um programa – “o programa” – que se torna mais importante do que tudo que possamos fazer.

Assim vemos professores e pais preocupados em formar, formatar, informar a criança maciçamente, sem preocupações dela estar preparada, disposta para tais informações. E nem mesmo lhe permitem brincar, cor-

rer, extravasar as energias; explorar seu corpo e ser ela mesma. Vemos crianças que não se enquadram nos padrões. E vemos pais, professores ou alguém responsável buscando por meio da autoridade, autoritarismo, que elas se encaixem nos papéis sociais já pré-estabelecidos.

A obediência à autoridade – que, para a criança, são todas as outras pessoas – é a aceitação do destino; e o destino é a vontade dos outros, dos que possuem mais poder, nos diz Adoum (1973).

Concordamos, portanto, com a afirmativa de Carrara (1996: 16), quando ele diz:

Educação é uma questão de ordem política, como condição ao desenvolvimento da participação e no melhor sentido que o conceito de política possa ser. O que desejamos é formação e não adestramento; a noção de conquista e não de concessão de cidadania; a noção de democracia como forma de governo melhor habilitada a tornar possível a participação; a noção de liberdade, de igualdade e de comunidade, que leva à consolidação de ideologias comprometidas com a redução de diferenças sociais.

No entanto, ao longo dos tempos temos vivenciado normas rígidas que deveríamos seguir sem questionamentos; tradições criadas que perpetuavam as instituições, as pessoas que as financiavam e as que deveriam reproduzi-las. Criticar, dialogar, interrogar, nem pensar. Exílio forçado para dentro de si, quando se desejasse algum tipo de independência moral e intelectual.

Hoje em dia, através das inúmeras maneiras de tentar que “os corpos dóceis” continuem em sala de aula, inventou-se enquadramentos outros para “os desviantes”. Além das instituições onde se deve internar os que se recusam a ser como os “demais” carneirinhos que só olham para o céu e, nem mais para o chão, espaços para tratamento com psicólogos, psicopedagogos, ou fonoaudiólogos.

Cada vez mais nos distanciamos das possibilidades das diferenças, das diversidades. Não há vida, e sim sobrevivência.

Onde permitimos que as crianças exercitem a criatividade? Onde colocam o seu desejo? Onde está a festa espontânea como celebração da felicidade? Onde elas descobrem o vigor de suas mãos criando e não repetindo somente gestos forçados que nada lhes dizem? Como marcam o tempo

dos seus afazeres? Somente através dos relógios-objetos, ou escutam o seu corpo como relógio biológico marcando o tempo de vida e desejos?

Essa preocupação com o tempo vem desde a Grécia Clássica, quando para ele existiam noções diferentes: *chronos* e *aion*. *Chronos*, nome escolhido para designar o tempo de lei, da repetição ordenada, da determinação, do encadeamento lógico ou cronológico entre o antes e o depois. E o *aion*, que é o tempo de criação, liberto do aprisionamento da ordem e que possibilita o devir.

Ainda hoje vemos, todavia, a criança delimitada em seu tempo, preocupada, prisioneira de um tempo que não mais lhe pertence. Cantam, criam histórias, trocam fatos e afetos do seu cotidiano com seus companheiros, com seus professores? Creio que não. Não há tempo para o prazer.

Sabemos quanto é importante a experiência passada de pessoa a pessoa, a pluralidade do humano, narrativas impregnadas pela vivência anônima, tão repleta de fatos, tradições e saberes que marcam a cultura de um povo. Saber este que trazia o senso prático, o dia a dia, riquezas de narrativas que, através de uma história, um conto, uma lenda, informavam, formavam e aconselhavam com sabedoria e autoridade. Autoridade esta que se perdeu nos dias de hoje. Não mais importa um saber que se encontra impregnado de experiências que falam de uma tradição distante, no tempo e no espaço. Hoje o que se valoriza é a notícia atual. O que interessa não são as reminiscências, memórias, fatos a serem revistos, rememorados, espaço de criação, de invenção.

Assim sendo, a todo momento há fatos que desbancam o que ocorrera a segundos, a minutos, a horas atrás. Pelo ontem, poucos se interessam. Tudo se passa no aqui e agora. Tudo é on-line, é instantâneo. Tudo deve se encontrar pronto, sem margens a retoques, a lapidação, pleno de imagens que não nos deixam espaço para a imaginação. A imagem que fixa, que encerra, que castra, interdita a possibilidade de inventar-se. O mundo se presta ao *real-time*. Contudo o que vemos são posições fragmentadas, unilaterais, que não permitem a compreensão dos fatos, pois o que se reforça são explicações. Fidelidade de fatos? Narrativas presas aos fatos? E está longe o tempo em que não havia, como diz Benjamin (1987: 209), a preocupação “com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas”.

Cada vez elaboramos metas, prazos, testes, provas a cumprir, sem mesmo nos atermos aos conteúdos do que aprendemos, ou ensinamos, lemos ou vemos.

O que aprendemos/compramos na escola? O que trocamos?

Temos é que chegar aonde mesmo? Não sabemos, nos perdemos nas encruzilhadas, o caminho virou uma teia e acabamos por nos enroscar nela. Tem saída. É difícil e trabalhosa. Zonas de perigo. Placas de “é preciso parar e voltar”, “retornar”; área limítrofe; de livre trânsito; local de interseção; local de bagunça; de brincadeiras de jogos reais e virtuais; de exploração; de apropriação; zona de desenvolvimento proximal..., transitar em todos os espaços possíveis superando o biológico, o psicológico, as imposições, as fronteiras que nos fazem olhar para as bordas que formam os nossos devir a ser. O que importa sempre é o que não foi dito, visto, lido. É o mais além. É a parada para a reflexão do que poderia ter sido feito, realizado, conquistado, falado e deixamos em suspenso. O que não foi revelado e o que se pensa adivinhar. Daí a importância das histórias interrompidas. Dessa brecha que suspende, desse espaço entre o que se é e o que pode vir a ser.

Ser este ou aquele, ser completo na incompletude, ser para quem ainda faltam tantos caminhos a percorrer. E o bom é poder fazer o caminho levando conosco a nossa história, porque estamos sós ou acompanhados em grande parte do nosso percurso.

Nesse sentido, então, qualquer espaço é um espaço educativo (a rua, a casa, o pátio, o corredor,...), locais de construção de identidade, pluralidades, convergências e divergências, de conhecimentos. Nos conhecemos em contraponto com os “Outros”.

Ora, para Silva (2000: 97):

O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade. A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. O reprimido tende

a voltar – reforçado e multiplicado. E o problema é que esse “outro”, numa sociedade em que a identidade torna-se, cada vez mais, difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente.

Por outro lado, a descoberta dos espaços internos pode ser uma andança muito rica, significativa, densa, importante na conquista da própria identidade. Pois somente fazendo, mexendo, incorporando, alterando, olhando, cheirando, saboreando, sendo com o outro, construímos as nossas identidades.

Vemos o espaço que a criança encontra ao nascer, e que no decurso de seu desenvolvimento é estruturado pelos outros. São eles que lhe atribuem valores de acordo com a classe social a que se pertença, já que “não se nasce organismo biológico abstrato, mas aristocrata ou camponês, burguês ou proletário” e isto é um ponto capital (Bakhtin, 1980 apud Jobim e Souza, 1994: 60).

Então, o espaço que autorizamos a criança a ocupar ou não, a função que lhe atribuímos junto a um outro, constituem os elementos de um jogo de xadrez que se joga com a família e com as outras instituições. Espaço de comunicação, onde é necessário se ler nas entrelinhas, buscar informar-se, ajustar-se aos diferentes contextos.

Assim como a linguagem oferece os meios pelos quais as crianças podem estruturar o mundo, ela também é um dos fatores importantes na construção da experiência e da subjetividade nas escolas. A linguagem não apenas posiciona professores e alunos, mas também funciona como veículo por meio do qual eles se definem, mediatizam e compreendem suas relações uns com os outros e com a sociedade.

Levam a pensar com o outro, por causa do outro, apesar do outro. Confiar. Desconfiar. Refletir. Refletir. Reestruturar, modificar, mudar.

Mudar sim, quando necessário for. Enfrentar situações novas. Desafios. Abismos. Mudar de pele, de gosto, de amor. Metamorfoses. Colocar-se em xeque.

Transgredir sim, quando preciso for. Quebrar a rotina, a mesmice, o óbvio, o habitual. O difícil é o equilíbrio entre o real e o ideal. É difícil, sabemos que sim.

Quantas vezes nos pegamos reproduzindo, imitando um comportamento, um modelo que julgávamos enterrado? O retorno do recalcado¹.

Fomos convencidos, apanhados inconscientemente pelo fascínio da superioridade do colonizador. Tenta-se agora, na nossa sociedade, além de se aprisionar os corpos, aprisionar a alma através da invasão de privacidade, da invasão de imagens, sons.

Condicionou-se os jovens, as crianças, à massificação de um gosto comum através da mídia. Vemos que o poder político entra e marca tudo o que consumimos. Como diz Rose (1986 apud Hall, 2000: 113), “se a ideologia é eficaz é porque ela age nos níveis mais rudimentares da identidade e dos impulsos psíquicos”.

Sempre tentaram nos fazer crer que o natural é obedecer à autoridade, obedecer e esperar a recompensa, como nos contos da Cinderela, Pele de Asno e Branca de Neve, nas quais o que se considerava virtude e se exaltava eram a resignação, a submissão e o conformismo. A ideologia ocidental burguesa sempre a favor do conformismo social! Em que momento conseguiremos estabelecer a ideologia vista por Bakhtin – “ideologia como espaço de contradição e não apenas de ocultamento”? (Freitas, 2000: 127).

Como fugir desta situação que empurra o cidadão a se sentir inferior, pequeno, marginal para exercer sua autoridade, autoria de seu ser, se ele se sente impotente, se é tão difícil lutar contra quem o oprime?

Como, se há uma forte tendência à homogeneização das consciências e à tentativa de abolir as diferenças, como se isto fosse possível acontecer? Devemos rejeitar a idéia de homogeneidade. O ser humano necessita biológica e ontologicamente de auto-construção e de produção da diferença.

Heterogênese. Daí as tatuagens, os *piercings*, cabelos coloridos, tererês, tentativas de marcas visíveis das várias possibilidades de ser, viver, organizar e legitimar as múltiplas realidades que se vivenciam, sem que com isso se neguem as várias formas de expressão, segundo as quais o importante é respeitar e tratar a todos não como iguais, mas como diferentes que somos. Com produções diversas, histórias, memórias e experiências, tanto individuais quanto coletivas, que são carregadas de um saber que tem sido muito desvalorizado e desprezado pela sociedade capitalista.

De acordo com Silva (2001: 25), “a diferença, e portanto a identidade, não é um produto da natureza: ela é produzida no interior de práticas de significação, em que os significados são contestados, negociados, transformados”.

Portanto, a ação de buscar e de apropriar-se dos conhecimentos exige que tanto professores quanto alunos se esforcem, participem, indaguem, reflitam sobre todas as questões, o que não admite uma postura ingênua,

apolítica e alienada com relação à vida. A sala de aula deve ser utilizada como um espaço político de atuação. Como se posicionar com compromisso e coerência, trazendo para a sala de aula o espaço de relações e conflitos, de tensões e de vida? Como contribuir para que o aluno seja autor e não reprodutor? Como combater a idéia de perfeição, do pronto, do acabado que não permite que se instale o diálogo, e que se possa recriar um novo texto onde se possa resistir, criticar e analisar?

Roqueplo (1983 apud Sacristán, 1998: 72) afirma que:

(...) num mundo em que a “ciência” constitui um poder que penetra até o coração de nossa vida cotidiana e no qual é reivindicada como legitimação do poder social, só é possível uma verdadeira democracia – em todos os níveis da vida social – ao preço de uma verdadeira democratização do saber.

Isto nos leva a crer que também devemos colocar a tecnologia a serviço de políticas comunitárias, empregar a mídia para informar, educar e prestar serviços à população, através do fortalecimento da produção cultural local, da linguagem da comunidade. Encontrar o saber e partilhá-lo, junto aos meios de informação. Acessá-lo, transformá-lo e utilizar este conhecimento para que se possa combater o medo, o conflito, a solidão e a rotina.

Não podemos esquecer, todavia, que devemos levar em conta as experiências de outros países com estas questões, pois muitos deles utilizam a escola como espaço público para reflexão crítica, resgate e contribuição, oferecendo apoio, segurança e dignidade para que todos se sintam cidadãos, e não meros joguetes nas mãos de uns poucos que os governam. Assim sendo, acreditamos que cabe ao professor atuar consciente do seu papel profissional, aprimorando a formação de seu aluno, possibilitando um pensamento crítico, curioso, autônomo, que não forme mais Pinóquios e sim pessoas interessadas na vida, agindo com honestidade consigo mesmas e com solidariedade para com os outros.

Que a nossa escola não forme jovens que aprendam a mentir e a fingir como no conto “A escola”, de Machado de Assis, mas que os tornem pessoas dignas, “ativas na construção e na determinação de sua própria vida social, da vida daqueles à sua volta e das sociedades nas quais vivem” (Cobb, 1977 apud Hutchison, 2000: 73).

Conforme nos diz o mesmo autor (Ibid.: 106), “Para a criança, o mundo revela não apenas seus mistérios, mas também suas leis, aprender que se pode fazer uso dessas leis é uma lição importante da infância.”

Debruçando sobre esta questão, sentimos necessidade de refletir mais profundamente sobre a importância da família na estruturação dessa autonomia que buscamos construir ao longo de nossa vida, e se existe em outros espaços, como a escola, alguma contribuição para que esta autonomia venha a se estabelecer.

A família, é claro, deve contribuir, e muito, para a formação desse novo cidadão. O que se busca não é criar filhos autômatos, filhos obedientes, subservientes. Não desejamos produzir monstros treinados, porém criar crianças mais humanas. Crianças com um *curriculum vitae* que traga uma conquista importantíssima para a sua autobiografia: o respeito pela vida, sua e do seu próximo.

Conclusão

Portanto, chegamos à conclusão de que a responsabilidade pela formação de seres autônomos, responsáveis pelos seus atos, comprometidos com sua própria autoria por esta formação que estamos aqui propondo venham a possibilitar que a criança se torne um cidadão autor, autônomo, responsável por seus atos e comprometido com a sua comunidade. Tarefa difícil, mas sem dúvida reservada àqueles que desejam promover um país comprometido com o homem do novo milênio, um ser solidário, consciente e ético.

Nota

1. Recalcamento ou recalque – A) No sentido próprio: operação pela qual o indivíduo procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão. B) Num sentido mais vago: o termo “recalcamento” é muitas vezes tomado por Freud numa acepção que o aproxima de “defesa”; por outro lado, na medida em que a operação de recalcamento tomada no sentido A se encontra, pelo menos como uma etapa, em numerosos processos defensivos complexos (a parte é então tomada pelo todo), e, por outro lado, na medida em que o modelo teórico do recalcamento é utilizado por Freud como protótipo de outras operações defensivas (Laplanche; Pontalis, 1970: 553).

Referências bibliográficas

- ADOUM, Jorge Enrique. As fadas preferem as louras. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, pp. 13-6, 1973.
- ALVES, Rubem. *Estórias de quem gosta de ensinar*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1988. (Polêmicas do nosso tempo, 9)
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: _____ *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 5. ed. Tradução Sergio Paulo

Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1)
 _____. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 5. ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1)
 CARRARA, Kester. A psicologia e a construção da cidadania. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, DF, ano 16, n. 1, p. 12-7, 1996.
 FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vygotsky e Bakhtin: psicologia e educação: um intertexto*. 4. ed. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2000.
 HUTCHISON, David. *Educação ecológica: idéias sobre a consciência ambiental*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
 JOBIM E SOUZA, Solange. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papirus, 1994. (Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico)
 MARASCHIN, Cleci. Conhecimento, escola e contemporaneidade. In: LEVY, Pierre. *Ciberespaço, um hipertexto*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
 SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
 SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
 _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Resumo

Este artigo procura discutir as contribuições da família e da escola para que uma pessoa se torne um ser autônomo, autor, responsável por seus atos de uma forma ética, comprometida e solidária.

Palavras-chave

Autoria, autonomia, autoridade, família, escola e pensamento crítico.

Abstract

This article tries to discuss who contributes to a person turns into a person with autonomy, authority and responsibility for his/her acts under obligation, ethical and in solidarity behaviours.

Key-words

Authorship, authority, autonomy, responsibility, parents, school and critical thoughts.